

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

PROCEDIMENTO:	CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
PREÇO BASE:	<p>310.569,11€ (TREZENTOS E DEZ MIL, QUINHENTOS E SESENTA E NOVE EUROS E ONZE CÊNTIMOS) ACRESCIDO DO IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR</p> <p>LOTE 1 – 253.658,54 € (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO EUROS E CINQUENTA E QUATRO CÊNTIMOS)</p> <p>LOTE 2 – 56.910,57 € (CINQUENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E DEZ EUROS E CINQUENTA E SETE CÊNTIMOS)</p>
OBJETO CONTRATUAL:	<p>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA TURISMO SÉNIOR 2025, POR LOTES.</p> <p>LOTE 1: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA TURÍSTICO-CULTURAL COM VIAGEM;</p> <p>LOTE 2: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÃO DESTINADO A SENIORES QUE NÃO POSSAM USUFRUIR DO PROGRAMA TURÍSTICO-CULTURAL.</p>

ÍNDICE

Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato	4
Cláusula 3. ^a	4
Prazo.....	4
Cláusula 4. ^a	5
Preço Base.....	5
Obrigações do prestador de serviços.....	5
Subsecção I	5
Disposições gerais.....	5
Cláusula 5. ^a	5
Obrigações principais do prestador de serviços.....	5
Cláusula 6. ^a	5
Forma de prestação do serviço.....	5
Cláusula 7. ^a	6
Prazo de prestação do serviço	6
Cláusula 8. ^a	6
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato.....	6
Cláusula 9. ^a	7
Transferência da propriedade.....	7
Cláusula 10. ^a	7
Conformidade e garantia técnica.....	7
Cláusula 11. ^a	7
Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	7
Subsecção II.....	7
Dever de sigilo	7
Cláusula 12. ^a	7
Objeto do dever de sigilo.....	7
Cláusula 13. ^a	8
Prazo do dever de sigilo.....	8
Obrigações do Município da Maia	8
Cláusula 14. ^a	8
Preço contratual	8
Cláusula 15. ^a	8
Faturação e Condições de pagamento.....	8
Cláusula 16. ^a	9

Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato	9
Cláusula 17. ^a	9
Gestor do contrato	9
Cláusula 18. ^a	9
Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 19. ^a	10
Força maior.....	10
Cláusula 20. ^a	10
Resolução por parte do contraente público.....	10
Cláusula 21. ^a	11
Resolução por parte do prestador de serviços.....	11
Cláusula 22. ^a	11
Caução	11
Cláusula 23. ^a	11
Seguros.....	11
Cláusula 24. ^a	11
Foro competente.....	11
Cláusula 25. ^a	11
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	11
Cláusula 26. ^a	12
Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 27. ^a	12
Contagem dos prazos.....	12
Cláusula 28. ^a	12
Proteção de dados.....	12
Cláusula 29. ^a	12
Avaliação de Fornecedores	12
Cláusula 30. ^a	13
Legislação aplicável	13
Cláusula 1. ^a	14
Âmbito da prestação de serviços	14
Cláusula 2. ^a	14
Execução do Programa.....	14

PARTE I
Cláusulas jurídicas

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de: **“Serviços destinados à realização do Programa Turismo Sénior 2025, por Lotes”**.
- 2 - A cada um dos lotes corresponderá um contrato.
- 3 - Não há limite máximo de lotes a adjudicar por cada concorrente.
- 4 - Aos concorrentes é permitida a apresentação de propostas a cada um dos lotes, mas não a parte de um lote.
- 5 - Nos termos do número anterior, é permitida a apresentação de propostas, de acordo com os seguintes lotes:
 - **Lote 1:** Aquisição de serviços para a realização do programa Turístico-Cultural;
Preço Base de Aquisição: 253.658,54 € + IVA
 - **Lote 2:** Aquisição de Serviços de Refeição destinado a seniores que não possam usufruir do programa Turístico-Cultural.
Preço Base de Aquisição: 56.910,57€ + IVA

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

- 1 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de até 30 (trinta) dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

- 2 - O contrato produz os seus efeitos no primeiro dia útil após a aposição da última assinatura, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, desde que executados todos os serviços nos termos definidos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 4.ª

Preço Base

- 1- O preço base do procedimento é de **310.569,11€** (Trezentos e dez mil, quinhentos e sessenta e nove euros e onze cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
 - **Lote 1: 253.658,54 €** (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos) acrescido de IVA;
 - **Lote 2: 56.910,57 €** (Cinquenta e seis mil, novecentos e dez euros e cinquenta e sete cêntimos) acrescido de IVA;
- 2- O preço base do procedimento é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto dos contratos a celebrar, pelo que não poderão ser ultrapassados, sob pena de exclusão.
- 3- O preço base fixado é meramente indicativo de acordo com a estimativa, prevista nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, constituindo o limite máximo a executar, não se vinculando, porém, o Município da Maia à integral execução do preço contratual da proposta adjudicada.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de prestar os serviços identificados no presente Caderno de Encargos;
 - b) Obrigação da prestação do serviço identificado na sua proposta;
 - c) Obrigação de cumprir a prestação de serviços durante o prazo estipulado.
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Forma de prestação do serviço

- 1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços pode manter, com uma periodicidade semanal reuniões de coordenação com o Gestor do Contrato, das quais pode ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

- 2 - As reuniões previstas no número anterior podem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
- 3 - O prestador de serviços pode apresentar ao Gestor do Contrato, com uma periodicidade semanal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
- 4 - No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
- 5 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.ª

Prazo de prestação do serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, no prazo de 30 (tinta) dias nos termos e especificações presentes nas cláusulas técnicas, após celebração de contrato escrito.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do Município da Maia ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 8.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1 - Após a entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município da Maia procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município da Maia toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 3 - No caso de a análise do Município da Maia a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II ao presente Caderno de Encargos, o Município da Maia deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- 4 - No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município da Maia, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município da Maia procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
- 6 - Caso a análise do Município da Maia a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II na cláusulas técnicas ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, declaração de aceitação pelo Município da Maia.
- 7 - A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.ª

Transferência da propriedade

- 1 - Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município da Maia, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
- 2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª

Conformidade e garantia técnica

Sempre que aplicável, o prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município da Maia em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 11.ª

Trabalhadores afetos à prestação de serviços

- 1 - Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a executar o contrato com trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo (para os contratos cujo prazo seja superior a um ano).
- 2 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 3 - O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão/prestação de serviço.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 12.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Maia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo da prestação do serviço, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município da Maia

Cláusula 14.ª

Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Maia **deve pagar ao prestador de serviços o preço correspondente aos serviços efetivamente prestados, de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada de cada lote**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 15.ª

Faturação e Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município da Maia, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a data de entrega das respetivas faturas e sua validação pelo serviço municipal, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, nos termos seguintes:
 - a. **Para o Lote 1** – Faturação semanal em consonância com a o n.º de pessoas por viagem;
 - b. **Para o Lote 2** – Faturação no final de cada semana após entrega do relatório com o n.º de participantes;
- 3 - A faturação a emitir deverá exibir o número do respetivo compromisso que consta dos documentos de adjudicação, em cumprimento da legislação aplicável.
- 4 - A **faturação deverá corresponder aos serviços efetivamente prestados**, na medida em que o preço base fixado é meramente indicativo, de acordo com a estimativa prevista nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, constituindo este o limite máximo a executar, não se vinculando, porém, o Município da Maia à integral execução do preço contratual da proposta adjudicada.
- 5 - As faturas que não exibam o número do compromisso e a data de vencimento (30 dias), ou contenham imprecisões, serão devolvidas para efeito de correção.
- 6 - Em caso de discordância por parte do Município da Maia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 7 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, por regra, através de transferência bancária.

- 8 - A partir da produção de efeitos do presente contrato, a entidade adjudicatária fica obrigada a emitir faturas eletrónicas (FORMATO EDI) nos termos previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável, sob pena de, não o fazendo, não ser aceite qualquer outro modo de faturação e, consequentemente, não ser efetuado qualquer pagamento até que seja apresentada a fatura eletrónica.

Cláusula 16.ª

Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato

- 1 - A entidade adjudicante deve cuidar da propriedade do fornecedor enquanto esta estiver sob o seu controlo ou a ser utilizada por si.
- 2 - A entidade adjudicante deve identificar, verificar, proteger e salvaguardar a propriedade que seja disponibilizada.
- 3 - Se qualquer propriedade do fornecedor externo se perder, danificar ou de outra forma for tida como inapropriada para utilização a entidade adjudicante deve reportar ao fornecedor externo e manter registos.
- 4 - A entidade adjudicante deve assegurar a confidencialidade de informações fornecidas pelo fornecedor externo. Em caso de quebra de confidencialidade devem ser estabelecidas e implementadas as ações necessárias.
- 5 - A propriedade do fornecedor externo pode incluir materiais, componentes, ferramentas e equipamentos, instalações dos clientes, propriedade intelectual e dados pessoais.

Cláusula 17.ª

Gestor do contrato

- 1 - O Município da Maia, aquando da adjudicação, designará o gestor do contrato, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato, designadamente a monitorização dos níveis de desempenho do fornecedor, técnico e financeiro e respetiva avaliação anual, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
- 2 - Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, devendo ainda encetar junto do fornecedor os procedimentos tendentes à sua correção, bem como a emissão de relatório devidamente fundamentado sobre o desempenho do fornecedor.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Maia pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município da Maia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor contratual;
- 3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Maia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

- 5 - O Município da Maia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Maia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.^a

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Maia pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes [a cada fase] do contrato ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços [e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público].

Cláusula 21.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 30 dias para além do prazo de vencimento da(s) respetiva(s) fatura(s);
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 24.ª.
- 3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Maia, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

Caução e seguros

Cláusula 22.ª

Caução

Não é exigível caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Cláusula 23.ª

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro exigidos por lei, de todos os riscos associados à prestação de serviços objeto do presente contrato.
- 2 - O Município da Maia pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

CAPÍTULO V

Resolução de litígios

Cláusula 24.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Cláusula 25.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.^a

Proteção de dados

- 1 - A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais e proteção da privacidade, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais cujo acesso lhe tenha sido dado pelo Município da Maia, no âmbito da prestação dos serviços objeto do presente contrato, estando sujeito a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- 2 - A entidade adjudicatária obriga-se a atuar na medida das instruções que lhe forem transmitidas pelo Município da Maia, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de terceiros com que o Município da Maia se relacione.

Cláusula 29.^a

Avaliação de Fornecedores

- 1 - A avaliação de fornecedores tem periodicidade anual e é efetuada de acordo com a Matriz de Avaliação de Fornecedores descrita no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
- 2 - A avaliação é efetuada por contrato (bens/serviços/empreitada), independentemente da existência de vários contratos para diferentes serviços municipais, e dos seus objetos contratuais, de acordo com as seguintes categorias:
 - Categoria A) – Contratos de Empreitadas de obras públicas: são avaliados todos os fornecedores com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos;
 - Categoria B) – Contratos de fornecimento contínuo: são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos
 - Categoria C) – Contratos de fornecimento integral ou parcelado de acordo com um prazo pré-determinado:
 - são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços cujos contratos, individualmente, tenham um preço contratual superior a 5.000,00 € (valor s/ IVA);
- 3 - A avaliação é qualitativa, sendo calculada com base numa avaliação quantitativa, nos termos constantes da Matriz de Avaliação de Fornecedores.

- 4 - Todos os fornecedores começam com uma classificação de 100%, atribuindo-se a cada um dos critérios a avaliação quantitativa de acordo com o respetivo patamar de cumprimento.
- 5 - Por cada critério não cumprido será retirada a ponderação fixada de acordo com a natureza do incumprimento descrita na Matriz de Avaliação de Fornecedores.
- 6 - Nos contratos de fornecimento contínuo, os incumprimentos de critérios serão avaliados da seguinte forma:
 - 6.1 Desde que se verifique uma ocorrência com dano para o Município ou uma não resolução, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério;
 - 6.2 Desde que se verifique mais do que duas ocorrências sem dano para o Município, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério.
- 7- No caso de existirem fornecedores com vários contratos, a avaliação final desse fornecedor resultará de uma média aritmética simples de todos os contratos.
- 8- Após a obtenção da classificação final os fornecedores são classificados de acordo com a seguinte tabela:

Preferencial:	Resultado de avaliação entre [90% e 100%]
Aceitável:	Resultado de avaliação entre [60% e 90%]
Crítico:	Resultado de avaliação Inferior a 60%
- 9- Fornecedores classificados como “Críticos” só poderão continuar a fornecer o Município da Maia nos seguintes casos:
 - Objeto contratual com fornecedor único;
 - Adjudicação na sequência de concurso público, nos termos legalmente definidos.
- 10- A avaliação de fornecedores será divulgada anualmente no site institucional do Município da Maia até ao final do mês de abril, no endereço <https://www.cm-maia.pt/pages/401>.

Cláusula 30.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª

Âmbito da prestação de serviços

O Município da Maia, ao abrigo do “Programa de Turismo Sénior da Maia”, pretende organizar para os seniores Maiatos, que residam no concelho da Maia e completem 65 anos de idade até ao final do corrente ano, uma viagem, a ocorrer no mês de junho, com animação e visita turístico-cultural, ou um serviço de refeições.

Para isso, necessita de propostas, com discriminação do programa completo a efetuar, desde o local de partida até aos locais paragem e visitas, locais a visitar, moradas dos locais de estacionamento e o número de paragens programadas e as suas moradas.

A viagem turístico-cultural, **Lote 1**, prevê a inscrição de **até 7 370 idosos**, sendo que para o **Lote 2**, de serviços de refeição, a previsão é de **até 2 000 idosos**.

Esta prestação tem por objetivo a aquisição de serviços para a realização do Programa Turismo Sénior 2025, a decorrer no **Centro do país**, contemplando as seguintes características técnicas:

Cláusula 2.ª

Execução do Programa

1. Lote 1: Programa de Viagem Turístico Cultural

i. Operador Turístico:

- a) Acompanhamento e coordenação em viatura própria.
- b) Garantir um colaborador acompanhante, tipo guia, por autocarro.
- c) As despesas inerentes aos motoristas, guias do operador e bombeiros, são da responsabilidade da empresa adjudicatária.
- d) O Operador Turístico tem de ter experiência profissional comprovada em organizar passeios para públicos semelhantes e em escalas próximas à requerida na presente prestação de serviços de no mínimo cinco (5) anos.

ii. Itinerário

- a) Ponto de encontro dos autocarros do Estádio Municipal Vieira de Carvalho, pelas 07:30h, com saída para as freguesias às 8:00h;
- b) Partida da Maia após recolha dos participantes nas freguesias. Saída em direção à autoestrada;
- c) Paragem para pequeno-almoço e visita Turística e Cultural;
- d) Saída em direção ao local apresentado para realização do restante programa;
- e) Almoço;
- f) Baile com animação musical;
- g) Saída em direção à Maia;
- h) Chegada ao concelho da Maia cerca das 19:30h.

iii. Transporte

- a. O total de participantes no programa será aproximadamente de até 7 370 indivíduos, divididos em viagens de até 670 participantes por cada dia de viagem;
- b. Em cada uma das viagens, os grupos serão acompanhados por 1 elemento da Câmara Municipal da Maia, e 2 carros de cooperações de bombeiros e respetiva equipa, do Município
- c. Utilização de 12 autocarros por dia de viagem para cerca de 670 participantes por dia de evento, num total de até 7.370 pessoas;
- d. Na última viagem poderá apenas ser necessário ajustar o número de autocarros ao número de passageiros restantes;
- e. Os dias das viagens são: **11,12,13,17,18,20,25,26,27 e 30 de junho;**
- f. O horário de partida do ponto encontro para as respetivas freguesias estima-se pelas 8:00H e a chegada prevista à Maia pelas 19:30H.
- g. As partidas são realizadas sempre com início na Maia e partem em seguida para os locais de embarque nas restantes freguesias;
- h. Os locais de embarque nas freguesias, pelas 8.15h, são:
 - **Águas Santas**
Av. de Dom António Ferreira Gomes; Águas Santas (Pícua)
Rua Fernão de Magalhães, Águas Santas (Moutidos)
 - **Milheirós**
Rua de Calvilhe, Milheirós
 - **Castêlo da Maia**
Rua José Maria Moreira da Silva, Barca
Rua Armindo Moreira, S. Pedro Avioso
Praça Alberto Ferreira Lima da Hora, St.ª Maria de Avioso
Alameda Remigio Alves de Freitas, Gemunde (Polo Junta de Freguesia de Gemunde)
Via Central de Gondim, Gondim
 - **Pedrouços**
Rua sem Nome, a poente da EB 2/3 de Pedrouços
 - **Moreira**
Avenida Dr. José Vieira de Carvalho
 - **Vila Nova da Telha**
Rua Padre Joaquim Antunes de Azevedo, Vila Nova da Telha
 - **Folgosa**
Rua do Passal
Avenida 24 de julho (Ex. café Marco)

- **S. Pedro de Fins**

Rua da Igreja, S. Pedro Fins

- **Nogueira e Silva Escura**

Alameda Campo da Carvalheira, Nogueira

Rua de Amaro Correia e Sá, Silva Escura

- **Cidade da Maia**

Igreja de Vermoim

Avenida de António Santos Lessa, Gueifães

Arruamento do Estádio Municipal da Maia

- i. A recolha dos participantes será efetuada no ponto anterior, o mesmo sucedendo com a sua distribuição aquando da chegada.
- j. O itinerário contempla:
 - A paragem dos autocarros para pequeno-almoço com visita ao local turístico-cultural, antes do almoço, na região centro, com estacionamento de pelo menos 12 autocarros;
 - O estacionamento para autocarros, na paragem para visita turístico-cultural e pequeno-almoço, deverá situar-se a cerca de até 2 km, após a saída da autoestrada ou estrada principal e pouco sinuosa;
 - Os autocarros têm de permanecer aparcados no parque de estacionamento do local da visita até à partida para almoço;
 - O parque de estacionamento tem de estar próximo do ponto de interesse e junto à zona de comércio local;
 - No local a visitar, deve conter no mínimo quatro pontos de interesse para visita, com circuito organizado com pelo menos seis estabelecimentos de restauração, cafés, bares ou pastelarias para o pequeno-almoço;
 - A distância dos pontos de paragem ao local de interesse deve de ser no máximo de 800 metros.
 - A paragem dos autocarros deve realizar-se até uma hora de distância após a partida da visita cultural.
 - Pode existir necessidade de efetuar paragens nas estações de serviço no regresso, mas apenas em caso de necessidade imperiosa;

iv. Caraterísticas da frota de autocarros

- a. A frota a disponibilizar deverá ser moderna e dotada das necessárias tecnologias, conforto e qualidade, assegurando comodidade e segurança.
- b. Os autocarros de grande turismo a disponibilizar devem apresentar ser modernos, devendo estar obrigatoriamente equipados com as seguintes componentes:
 - Ar condicionado;
 - W.C;
 - Televisão;
 - Microfone;
 - Leitor de CD;
 - Leitor de DVD

- Lugar de guia

V. Local para almoço

- Pretende-se sala moderna, devidamente decorada e com ar condicionado, que acomode no mínimo 700 participantes por dia;
- Inexistências de degraus/desníveis que condicionem qualquer acesso ao serviço;
- No caso de existência de escadas deverá existir um elevador;
- No decurso dos eventos as acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida têm de se manter desimpedidas;
- WC's mínimo 10 cabines femininos e 10 cabines masculinos e 10 urinóis;
- Mínimo 2 WC para pessoas com mobilidade reduzida;
- Obrigatório serviço de limpeza em permanência na sala e wc;
- Parque de estacionamento para 12 autocarros e para os carros de apoio;
- Espaço exterior amplo e decorado;
- Local para jogos de sala;
- Ecrã para projeção de vídeos;
- Sala de descanso e de apoio médico;
- Cerca de três entradas independentes para entrada no salão;
- Possuir mesas redondas para grupos de 8 a 10 pessoas com serviço à inglesa (é obrigatório 1 garçom para cada 2 mesas servidas);
- Mesa para guias;
- Mesa para motoristas;
- Mesa para staff,
- Mesa para bombeiros e equipa médica
- Identificação das mesas com o número de autocarro.

vi. Menu Refeições

No menu deverá apresentar:

- Entradas colocadas nas mesas redondas: minis rissóis de carne e camarão, bolinhos de bacalhau, chamuças, empadinhas variadas, folhadinhas variados (doces e salgados), azeitonas e pão;
- Creme de Legumes;
- Prato principal carne: deve conter carne, legumes e acompanhamento;
- Possibilidade de apresentação do menu dieta como alternativa;
- Sobremesa: Doce ou fruta da época.
- Bebidas: Águas minerais, Vinho Maduro Branco e Tinto, Vinho verde branco, cerveja e sumo de laranja sem gás,
- Café e digestivo.

vii. Animação

- Música ao vivo para convívio depois do almoço no período compreendido entre as 14h:30 e as 17h:30;
- Pista de dança na sala do almoço;
- Espaço para transmissão de conteúdos digitais do programa, a serem fornecidos pelo Município, com dimensões de 4X4 metros.

viii. Fotografia Instantânea

- a) O prestador de serviço deve disponibilizar para oferta, fotografias tipo “instantânea”, aos seniores com menção ao programa, para recordação;
- b) Possuir 1 técnico no local em permanência para acompanhar a realização das fotografias instantâneas;
- c) Serviço a realizar entre as 14h00h e as 17h00h em todos os dias que se realize o programa, com impressão de fotografias ilimitadas;
- d) Disponibilização de adereços para personalização de fotografias (tipo cabeleiras postiças, bigodes, óculos ou outros);
- e) Envio de todas as fotografias ao município, em formato digital, no final do programa.

ix. Fotografias e Vídeos do Programa

- a) Disponibilizar o serviço de reportagem fotográfica e vídeo do programa;
- b) Cobertura fotográfica durante todas as visitas Turístico-culturais;
- c) Cobertura fotográfica do almoço;
- d) Foto de grupo por autocarro;
- e) Realização de um vídeo diário/por viagem tipo reels, com duração de até 1 minuto;
- f) Realização de um vídeo final do programa do Turismo Sénior 2025;
- g) Envio de todas as fotografias e vídeos ao município, em formato digital, no final do programa, bem como o envio dos vídeos não editados.

x. Protocolo de Emergência

O operador turístico deve assegurar as condições necessárias na eventualidade de ocorrência de um sinistro.

- a) No decorrer das viagens, todos os participantes devem estar cobertos por um seguro de Responsabilidade Civil e Assistência em Viagem;
- b) Na eventualidade de ocorrência de um sinistro, será acionado de imediato o seguro pelo guia/acompanhante ou pelo responsável do operador turístico;
- c) Se algum dos participantes necessitar de se deslocar ao hospital, terá o acompanhamento de um elemento indicado pelo operador turístico;
- d) O operador turístico tem de assegurar o transporte do sinistrado e do acompanhante, caso exista, do hospital até ao local de residência;
- e) Tem de assegurar todo o acompanhamento na resolução do processo com o seguro, envio de documentação e reembolso de despesas.
- f) O operador Turístico é obrigado a manter a presença de 1 enfermeiro e 1 médico de emergência médica no acompanhamento em todas as viagens, com equipamento de desfibrilhação (DAE).
- g) Realizar o acompanhamento dos técnicos mencionados no número anterior, entre o início e fim de todas as viagens, entre as 8:00h e as 19:00h previsivelmente, uma vez que em caso de emergência este horário pode prolongar-se.

xi. Outros Serviços

A empresa deve registar, informar e justificar por escrito todas as anomalias que ocorrem durante a realização do Programa de Turismo Sénior Maiato 2025.

2. Lote 2: Programa de Serviço de Refeições

O Programa Municipal de Turismo Sénior da Maia oferece aos inscritos duas opções: participar nas viagens turística-cultural (lote 1) ou utilizar o serviço de refeições (lote2). Este último é destinado a idosos elegíveis que não podem participar nas viagens devido a razões como saúde, segurança ou incapacidade de viajar.

- a) Tendo em conta o objeto do serviço, este deverá ser prestado num raio de cerca de 8 km dos paços do concelho.
- b) O serviço de refeição poderá ser disponibilizado em regime presencial no estabelecimento comercial, em regime take-away ou serviço de entrega (delibery).
- c) O serviço de refeição deverá ser prestado durante o mês de junho do corrente ano;
- d) O prestador de serviços deverá disponibilizar na sua proposta uma lista com nome e morada de 6 a 8 restaurantes à entidade adjudicante.
- e) O local deve ter fácil acesso, sem desníveis acentuados;
- f) Identificar quais os restaurantes que vão prestar os serviços e discriminar os serviços que dispõe;
- g) No mínimo 2 dos restaurantes indicados tem de disponibilizar o serviço em regime de take-away;
- h) Pelo menos um dos restaurantes indicado tem de disponibilizar o serviço em regime de "Delibery" e aceitar o pedido por chamada telefónica direta (o valor da entrega está incluído);
- i) Os locais indicados devem ter fácil acesso;
- j) À semelhança do menu do Lote 1, pretende-se que o menu, do Lote 2, apresente:
 - i. Entradas: minis rissóis de carne e camarão, bolinhos de bacalhau, chamuças, empadinhas variadas, folhadinhos variados (doces e salgados), azeitonas e pão;
 - ii. Sopa;
 - iii. Prato principal de carne ou peixe;
 - iv. Possibilidade de apresentação do menu dieta como alternativa;
 - v. Sobremesa: Doce ou fruta da época.
 - vi. Bebidas: Águas minerais, Vinho Maduro Branco e Tinto, Vinho verde branco, cerveja e sumo de laranja sem gás;
 - vii. Café e digestivo

Outros serviços e procedimentos

- A empresa deve registar, informar e justificar por escrito todas as anomalias que ocorrerem durante a realização do Programa de Turismo Sénior Maiato.
- O Serviço de refeições apresentado deverá apresentar um valor equiparado ao serviço de viagem turístico-cultural.
- O adjudicatário deve entregar semanalmente o canhoto do destacável dos participantes do Serviço Refeição ao Município até ao final do programa.

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

CRITÉRIO	AVALIAÇÃO QUALITATIVA	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA
Componente Qualidade: Mede a conformidade com as especificações técnicas contratadas.		
Pe - Prazo de entrega/execução	Dentro do prazo	0%
	Fora do prazo sem dano para o Município	-25%
	Fora do prazo com dano para o Município	-50%
Rt - Requisitos técnicos e funcionais	Cumprir integralmente	0%
	Cumprir parcialmente sem dano para o Município	-25%
	Cumprir parcialmente com dano para o Município/Não cumprir	-50%
Componente Sinergias: Mede a capacidade de solucionar problemas e de resposta a pedidos de informação diversos		
Df - Disponibilidade do fornecedor	Facilidade de comunicação	0%
	Dificuldade de comunicação sem dano para o Município	-25%
	Dificuldade de comunicação com dano para o Município	-50%
Ri - Resposta face a imprevistos	Satisfaz a necessidade no prazo que lhe é solicitado	0%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado sem dano para o Município	-25%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado com dano para o Município/Não satisfaz	-50%
Rr - Resposta face a reclamações	Resolveu o problema no prazo fixado	0%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado sem dano para o Município	-25%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado com dano para o Município/Não resolveu	-50%
Componente Custo: Mede a conformidade com as condições financeiras contratadas e dados obrigatórios da faturação		
Rf - Rigor na faturação	Ausência de erros	0%
	Erros pontuais	-25%
	Erros frequentes	-50%
Componente Gestão Ambiental (quando aplicável): Mede o desempenho do fornecedor no domínio ambiental de acordo com o exigido no contrato		
Da - Desempenho ambiental	Cumprir	0%
	Cumprir parcialmente	-25%
	Não cumprir	-50%

Peso percentual atribuído a cada componente	
Tabela 1	
Qualidade	60%
Sinergias	30%
Custo	10%
Tabela 2 (quando aplicável a componente de gestão ambiental)	
Qualidade	55%
Sinergias	25%
Custo	10%
Gestão Ambiental	10%

A classificação de cada fornecimento é o somatório de todos os critérios mais a sua classificação inicial (100%), de acordo com a seguinte fórmula:	
Tabela 1	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 60%] + [(Df + Ri + Rr) x 30%] + Rf x 10%	
Tabela 2 (quando aplicável a componente gestão ambiental)	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 55%] + [(Df + Ri + Rr) x 25%] + Rf x 10% + Da x 10%	
A classificação de cada fornecedor resulta de uma média aritmética simples das classificações obtidas nos diversos fornecimentos, de acordo com a seguinte fórmula:	
Classificação fornecedor F =	$\frac{\sum \text{Classificações fornecimentos N}}{\text{N.º fornecimentos N}}$

Classificação dos fornecedores		
Classificação	Resultado	Ação
Preferencial	Entre [90% e 100%]	Não se realiza qualquer tipo de ação
Aceitável	Entre [60% e 90%]	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados
Crítico	Inferior a 60%	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados devendo apresentar um plano de resolução no prazo que lhe for fixado